

Quadro 13.11 – Frotas com Acessibilidade

Acessibilidade	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Dez/16
Subsistema Estrutural	4.936	5.364	6.669	7.234	7.523
Subsistema Local	3.969	4.163	4.983	5.378	5.623
Total	8.905	9.527	11.652	12.612	13.146
Frota Patrimonial	14.960	14.757	14.757	14.754	14.760
% Acessibilidade	59,5	64,6	79	85,5	89,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.384

De acordo com a Auditoria, após queda na idade da frota de veículos do subsistema estrutural em dezembro/2014, a idade média total voltou a aumentar, atingindo, em dezembro de 2016, 05 anos e 08 meses. O descumprimento da idade média máxima da frota (contratualmente de cinco anos) é um problema reiteradamente apontado pela Auditoria. Tomando por base o mês de dezembro de 2016, apenas a Área 2 apresentava idade média da frota de acordo com os parâmetros contratuais.

Quadro 13.12 - Idade Média da Frota - Subsistema Estrutural

Idade Média	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2016
Área 1	05 anos e 04 meses	06 anos e 01 mês	05 anos e 05 meses	05 anos e 11 meses	06 anos e 10 meses
Área 2	06 anos e 01 mês	05 anos e 09 meses	04 anos e 04 meses	04 anos e 11 meses	04 anos e 07 meses
Área 3	04 anos e 06 meses	04 anos e 07 meses	04 anos e 10 meses	05 anos e 06 meses	06 anos e 05 meses
Área 4	06 anos e 02 meses	05 anos e 08 meses	04 anos e 10 meses	04 anos e 10 meses	05 anos e 04 meses
Área 5	05 anos e 01 mês	06 anos e 01 mês	05 anos e 08 meses	06 anos e 03 meses	06 anos e 10 meses
Área 6	05 anos e 02 meses	06 anos	05 anos e 01 mês	05 anos e 09 meses	05 anos e 06 meses
Área 7	05 anos e 07 meses	06 anos	05 anos e 07 meses	05 anos e 04 meses	05 anos e 02 meses
Área 8	05 anos e 03 meses	05 anos e 09 meses	05 anos e 08 meses	04 anos e 09 meses	05 anos e 01 mês
Concessão	05 anos e 04 meses	05 anos e 08 meses	05 anos e 02 meses	05 anos e 05 meses	05 anos e 08 meses

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.384

A idade da frota do Subsistema Local também vem aumentando ano a ano, mas não há cláusula contratual que estipule idade média máxima para a frota, aponta a Auditoria. Tendo em vista a determinação contratual para que os veículos observem a idade de fabricação não superior a 10 anos para os ônibus e midiônibus e 07 anos para os miniônibus, a Auditoria verificou que algumas empresas descumpriram essa determinação. Além disso, o subsistema local apresenta níveis elevados de reprovação quando se trata da inspeção mecânica amostral e de reprovação nas inspeções de fuligem.

Quadro 13.13 - Idade Média da Frota - Subsistema Local

Idade Média	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2016
Área 1	03 anos e 10 meses	04 anos e 05 meses	04 anos e 06 meses	04 anos e 08 meses	05 anos
Área 2	04 anos e 03 meses	04 anos e 07 meses	05 anos	04 anos e 07 meses	04 anos e 07 meses
Área 3	03 anos e 02 meses	03 anos e 09 meses	03 anos e 10 meses	05 anos e 01 mês	05 anos e 03 meses
Área 4	02 anos e 10 meses	03 anos e 06 meses	03 anos e 08 meses	04 anos e 02 meses	04 anos e 06 meses
Área 5	02 anos e 08 meses	03 anos e 03 meses	04 anos	04 anos e 07 meses	05 anos e 02 meses
Área 6	03 anos e 02 meses	03 anos e 11 meses	04 anos	04 anos e 05 meses	05 anos e 01 mês
Área 7	03 anos e 02 meses	03 anos e 10 meses	04 anos e 02 meses	04 anos e 08 meses	05 anos e 02 meses
Área 8	03 anos e 01 mês	03 anos e 09 meses	04 anos e 02 meses	04 anos e 06 meses	05 anos e 01 mês
Local	03 anos e 03 meses	03 anos e 10 meses	04 anos e 02 meses	04 anos e 06 meses	05 anos

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.385

A Auditoria destaca que, de 2012 a 2016, o total de passageiros tem se mantido praticamente constante tendo havido, entretanto mutação entre os segmentos de passageiros transportados a partir de 2015, quando foi ampliada a política de gratuidades para estudantes, idosos e pessoas com deficiência. Além disso, a participação dos passageiros pagantes está diminuindo, em sentido contrário ao aumento de gratuidades, tanto de estudantes como de idosos e deficientes físicos.

Quadro 13.14 - Total de Passageiros Transportados por Tipo de Passageiro

Tipo de Passageiro	2012	2013	2014	2015	2016*
Pagantes	1.686.705.650	1.693.055.869	1.694.711.508	1.558.419.037	1.461.290.883

Integrados sem acréscimo tarifário	972.246.641	964.748.888	932.466.488	846.851.545	757.934.589
Gratuidade: Escolar "Passe Livre"	-	-	-	166.212.267	311.721.078
Gratuidade: Idosos e Deficientes Físicos ¹	258.002.669	266.407.713	293.100.344	324.225.609	383.898.537
Total	2.916.954.960	2.924.212.470	2.920.276.340	2.895.708.458	2.914.845.087

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.386

Modernização Semafórica

A Auditoria destaca que permanece elevada a média mensal de falhas semaforizadas "apagado" e "intermitente", apesar da diminuição em 2016. Ademais, o tempo médio de atendimento às Ordens de Serviços de Prioridade 1 (mais urgentes) aumentou a partir de 2015.

Operação e Manutenção da Sinalização do Sistema Viário

Existe déficit de atendimento em relação às demandas de sinalização em geral, haja vista que em dezembro/2016 havia 29.483 pedidos de municípios não analisados e 23.802 projetos de sinalização já elaborados e não implantados, aponta a Auditoria.

Serviços de Engenharia de Tráfego (CET)

A Auditoria constata que, atualmente, aproximadamente 37% das Câmeras de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) funcionam normalmente.

Implantação de Vias Cicláveis – Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas

De acordo com Auditoria, há falhas na implantação das ciclovias, tanto no planejamento como na execução.

Fiscalizações Realizadas

Compensações Tarifárias do Sistema de Transporte Coletivo

A Auditoria ressalta que a cada ano torna-se evidente o desequilíbrio entre receitas e despesas do Sistema de Transporte, sem perspectiva de solução, a despeito dos relevantes aportes de recursos por parte da PMSP, situação que reduz a capacidade de investimentos (o déficit econômico do Sistema em 2016 foi de R\$ 3,2 bilhões).

Também destaca a Auditoria que, em 2016, o Sistema Municipal de Transporte Coletivo apresentou um "déficit" de R\$ 3.164 milhões, correspondente a 39,8% da despesa total do Sistema (R\$ 7.940,0 milhões).

Os valores arrecadados com multas e descontos contratuais, aplicados aos operadores do Sistema de Transporte, não têm sido utilizados em investimentos que visem à sua melhoria, constata a Auditoria.

Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Transporte Coletivo

O Subsistema Local ainda apresenta níveis elevados de reprovação quando se trata da inspeção mecânica amostral, ressalta a Auditoria. O volume de ocorrências de veículos que apresentam defeitos em operação tem se mantido em grau elevado ao longo dos últimos anos, principalmente em relação ao Subsistema Estrutural.

Além disso, a Auditoria afirma que a aplicação de multas, nos moldes do Regulamento de Sanções e Multas (RESAM), não tem sido eficaz para inibir a prática de irregularidades pelos operadores. O Sistema Integrado de Monitoramento (SIM) não é adotado como principal instrumento de fiscalização para imputação de multas por descumprimento de partidas (não é utilizado em todos os dias da semana) e compensa financeiramente, para o operador, deixar de cumprir determinadas partidas, mesmo que seja eventualmente penalizado.

Implantação e Requalificação de Corredores e Implantação de Requalificação de Terminais de Ônibus Urbanos.

Em vistorias realizadas em alguns corredores exclusivos de ônibus a Auditoria constata: rachaduras, buracos e deformações nos pavimentos; falhas na pintura da faixa de pedestres; e falhas na pintura das faixas exclusivas de ônibus.

PROGRAMA DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Auditoria aponta que resta 30% do recurso previsto para o Serviço de Atendimento Especial - ATENDE a ser executado no último ano do PPA. Ademais, o serviço atingiu nota 9,51 em pesquisa de satisfação junto aos usuários.

OUTRAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito (FMDT)

Na análise do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito (FMDT) a Auditoria constata a aplicação irregular de R\$ 662,2 milhões, que foram destinados ao custeio de mão de obra da CET. Além disso, não há conciliação dos saldos apresentados nos balanços financeiros, em confronto com as movimentações financeiras de todas as receitas vinculadas ao fundo.

Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB)

A Auditoria aponta que a aplicação dos recursos do FUNDURB foi realizada em desacordo com o Plano Diretor Estratégico (PDE), pois somente 12,7% das receitas arrecadadas foram aplicadas em transportes, inferior ao percentual de 30,0% previsto no inciso II, artigo 340, da L.M. nº 16.050/14. Em 2016, o fundo arrecadou R\$ 232,2 milhões, tendo sido empenhado um total de R\$ 29,4 milhões no programa Melhoria da Mobilidade Urbana Universal (12,7%).

Fiscalização do Sistema de Transporte

A Auditoria ressalta que a Administração Pública não fiscaliza adequadamente o Sistema de Transporte, com reflexos negativos na qualidade dos serviços disponibilizados aos seus usuários, devido às seguintes constatações, entre outras: descumprimento de partidas/viagens, de forma que os operadores obtêm ganhos indevidos; intervalos prolongados entre partidas; reclamações por conduta inadequada do operador; descumprimento da idade média da frota; veículos com idade acima do permitido contratualmente; operadores não regularmente cadastrados; empregados não registrados; inadequada limpeza e manutenção de veículos; irregularidades nas apólices de seguro de responsabilidade civil; deficiências nos serviços prestados nos terminais de ônibus; e necessidade de se ampliar a utilização da fiscalização eletrônica (Sistema Integrado de Monitoramento) para fins de aplicação de penalidades.

Uso do modal automóvel vinculado a aplicativos de celular

A Auditoria aponta que há crescimento na demanda mensal (passageiros transportados) do transporte público coletivo municipal de 2015 a 2016, de 0,29% para o subsistema estrutural e de 1,16% para o subsistema local. Dessa forma, não se pode inferir que o crescimento do transporte individual particular remunerado tenha reduzido a utilização do Transporte Público Coletivo Municipal.

A Auditoria destaca que em janeiro/2016 existiam 33.970 licenças ativas de táxis, passando a 37.389 em janeiro/2017, tendo em vista a criação dos Táxis Pretos. Das 5.000 licenças ofertadas, 4.731 condutores pagaram as guias, sendo 290 (duzentos e noventa) pagas à vista. Dos condutores que optaram pelo pagamento parcelado, 4.192 estão inadimplentes (88,6%). Em janeiro de 2017, existiam 3.453 alvarás ativos (Táxi Preto).

Segundo a Auditoria, a SMT informou que ainda não foram realizados estudos para avaliar o impacto da entrada do transporte individual por aplicativos na Mobilidade Urbana, no âmbito municipal, e não foram demonstrados os controles efetuados pela PMSP em relação aos serviços prestados pelas Operadoras de Tecnologia de Transportes Credenciadas (OTTCs).

14 - FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL

De acordo com a Auditoria, foram liquidados na Função Gestão Ambiental R\$ 242 milhões em 2016.

Quadro 14.3 – LOA 2016 (em R\$)

Programa	Descrição	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Execução % (E=D/A)
3020	Proteção dos recursos naturais da cidade	194.518.226,00	222.259.834,02	183.711.660,23	164.773.360,20	84,7
3005	Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-
	Subtotal	194.519.226,00	222.260.834,02	183.711.660,23	164.773.360,20	84,7
3024*	Suporte Administrativo	83.538.020,00	86.203.185,78	81.521.359,75	77.492.577,76	92,8
	Total	278.057.246,00	308.464.019,80	265.233.019,98	242.265.937,96	87,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 429

A Auditoria observa que para muitas ações dos programas 3005 e 3020 não foram fixadas metas físicas, o que compromete a avaliação da eficácia das ações implementadas.

A única ação do programa 3005 – Coleta Seletiva de Resíduos Secos e Orgânicos é a 3391 – Implantação de Ecopontos. A Auditoria destaca que a LOA/2016 destinou valor apenas simbólico a esse programa e, ao fim do exercício, nenhum recurso foi empenhado e liquidado para a implementação dessa ação.

Quadro 14.4 – LOA 2016 (em R\$)

Código Projeto/Atividade	Descrição	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E=D/A)
PROGRAMA 3020 – PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DA CIDADE (Função 18)						
3404	Reforma e adequação de Parques e Unidades de Conservação Municipais	3.004.000,00	3.410.741,93	3.037.228,56	3.032.617,78	100,9
6651	Operação e Manutenção do Centro de Manejo da Fauna Silvestre	1.615.000,00	2.631.634,00	2.048.768,66	1.492.551,23	92,4
6654	Apoio a ações ambientais	1.441.000,00	2.277.973,50	1.892.182,22	1.336.814,90	92,8
6660	Fiscalização e Monitoramento Ambiental	452.000,00	452.000,00	-	-	-
6661	Inspeção Ambiental Veicular	300.000,00	1.122.000,00	863.091,76	722.938,16	241,0
6662	Operação e Manutenção do hospital veterinário de cães e gatos	-	-	-	-	-
6669	Educação Ambiental	1.597.000,00	4.844.061,22	4.289.721,05	3.131.278,50	196,1
6678	Operação, Manutenção e Conservação de Parques	164.448.572,00	167.207.451,25	146.721.659,91	131.891.405,43	80,2
6681	Manutenção de árvores consolidadas	5.050.000,00	4.564.235,02	-	-	-
6682	Operação e Manutenção de Viveiros	5.050.000,00	4.608.432,57	3.415.204,43	2.801.876,27	55,5
7108	Implantação de Hospital Veterinário	-	-	-	-	-
7117	Recuperação de áreas degradadas e/ou contaminadas	1.000,00	1.000,00	-	-	-
7127	Implantação de Projetos Ambientais	2.000,00	11.475.304,53	5.463.171,04	4.402.113,23	220,105,7
7129	Implantação de Viveiros	1.000,00	1.000,00	-	-	-
7136	Implantação de Parques e Unidades de Conservação	3.001.000,00	16.031.000,00	15.980.632,60	15.961.764,70	531,9